

Conglomerado Prudencial Porto Seguro



**Demonstrações financeiras combinadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente**



CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

São Paulo, 29 de março de 2021

Ao Banco Central do Brasil - BACEN

Assunto: Carta de apresentação da administração do Conglomerado Prudencial Porto Seguro, referente às demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2020.

Prezados,

Com relação ao exame das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Porto Seguro relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2020, fornecemos esta carta de apresentação, cujo objetivo é apresentar a relação de documentos abaixo:

- i) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020;
- ii) Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020;
- iii) Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020;
- iv) Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020;
- v) Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020;
- vi) Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias para exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020;
- vii) Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

Esses documentos foram devidamente divulgados originalmente em 30 de março no site eletrônico <http://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/demonstracoes-financeiras-por-empresa/>.

Diretor Vice-Presidente – Financeiro,
Controladoria e Investimentos
Celso Damadi

Contadora
Daniele Gomes Yoshida
CRC - 1SP 255783/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores do Conglomerado Prudencial Porto Seguro declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras combinadas apresentadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2020.

Roberto de Souza Santos

Diretor Presidente

Marcelo Barroso Picanço

Diretor Vice-Presidente

Celso Damadi

Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

Lene Araújo de Lima

Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

Marcos Roberto Loução

Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

Tiago Violin

Diretor Financeiro

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria e Riscos

Ricardo Kaoru Inada

Diretor

José Júlio Carvalho de Melo

Diretor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOSSO DESEMPENHO

- **Receitas com intermediação financeira**

As receitas com intermediação financeira (operações de créditos, títulos e valores mobiliários e resultado com instrumentos derivativos) totalizaram em 2020 R\$ 1.118.754.976,52, com aumento de R\$ 124.008.213,96 ou 12,5% em relação ao ano anterior.

- **Receitas com prestações de serviços**

As receitas com prestações de serviços totalizaram em 2020 R\$ 1.063.398.632,69, com aumento de R\$ 96.281.714,67 ou 10,0% em relação ao ano anterior.

- **Lucro líquido**

O lucro líquido totalizou em 2020 R\$ 215.777.359,66, registrando redução de R\$ 18.817.713,74 ou 8,0% em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Porto Seguro têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site

da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 26 de fevereiro de 2021 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2020 será lembrado por décadas em função da pandemia da Covid-19, que gerou imensa perda de vidas e um impacto econômico igualmente severo. A contração do PIB global no ano só não foi maior pois governos e bancos centrais ao redor do mundo lançaram mão de um conjunto de estímulos fiscais e monetários sem paralelo na história.

Domesticamente, os efeitos econômicos da pandemia também foram bastante mitigados por uma importante redução da taxa básica de juros, a Selic, e principalmente, por um expressivo programa de transferência de renda para as camadas mais vulneráveis da população. O chamado *auxílio emergencial* contribuiu inegavelmente para a preservação de um patamar robusto do consumo de bens ao longo do ano.

Entretanto, o custo fiscal desse e de outros programas lançados ao longo de 2020 foi muito grande, um dos maiores entre o grupo dos países emergentes. Essa forte elevação do gasto público acentuou ainda mais a já frágil condição fiscal brasileira, que por sua vez pressionou a taxa de câmbio e contribuiu para a alta da inflação ao longo do segundo semestre de 2020.

Para 2021, espera-se que a vacinação da população ao longo da primeira metade do ano permita uma retomada da atividade em geral, e em particular do setor de serviços, o mais fortemente impactado pela pandemia.

A Porto Seguro segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de março de 2021

A Administração

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		9.031.077.042,25	7.412.787.291,11	Circulante		7.868.222.317,39	6.318.317.856,84
Caixa e equivalentes de caixa	5	178.337.526,73	22.711.810,84	Depósitos	10	459.294.398,00	108.740.980,22
Instrumentos financeiros		297.313.435,92	326.630.538,52	Depósitos interfinanceiros		459.294.398,00	108.740.980,22
Cotas de fundos de investimentos	6	297.313.435,92	319.190.723,24	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	528.422.105,80	547.926.945,72
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	7.439.815,28	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		528.422.105,80	374.874.082,55
Operações de crédito		1.659.051.449,77	1.447.099.140,18	Obrigações por empréstimos e repasses		-	173.052.863,17
Setor privado	8	2.123.420.219,27	1.803.841.625,21	Relações Interfinanceiras		5.328.950.300,39	4.341.096.012,36
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8(e)/ (f)	(464.368.769,50)	(356.742.485,03)	Transações de pagamento	11.2	5.328.950.300,39	4.341.096.012,36
Outros créditos		6.854.912.013,12	5.601.263.655,83	Outras obrigações		1.551.555.513,20	1.320.553.918,54
Títulos e créditos a receber	8	6.817.430.974,59	5.524.303.523,76	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		981.882,35	917.596,55
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8(e)/ (f)	(44.278.332,31)	(34.613.591,14)	Sociais e estatutárias		27.319.576,35	30.420.497,81
Diversos	9.1	81.759.370,84	111.573.723,21	Fiscais e previdenciárias	11.1.1	66.981.479,26	94.786.839,72
Outros valores e bens		41.462.616,71	15.082.145,74	Provisão para pagamentos a efetuar		125.168.905,47	90.322.575,70
Outros valores e bens		47.409.776,01	20.543.752,07	Diversas	11.3	1.331.103.669,77	1.104.106.408,76
Provisão para outros valores e bens		(5.947.159,30)	(5.461.606,33)				
Não circulante		1.286.941.016,93	941.466.586,45	Não circulante		1.313.939.674,22	1.099.942.186,32
Realizável a longo prazo		1.285.198.432,99	939.411.003,91	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	1.187.940.447,94	962.212.535,99
Operações de crédito		976.168.356,02	680.773.642,68	Depósitos interfinanceiros		726.262.376,98	-
Setor privado	8	1.013.641.992,01	701.757.483,94	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		461.678.070,96	962.212.535,99
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8(e)/ (f)	(37.473.635,99)	(20.983.841,26)	Provisões para impostos e contribuições diferidas		1.176.593,54	958.005,50
Outros créditos		309.030.076,97	258.637.361,23	Outras obrigações		124.822.632,74	136.771.644,83
Créditos tributários	9.2	252.803.186,54	205.910.242,25	Fiscais e previdenciárias	11.1.2	36.615.763,90	35.754.124,18
Diversos	9.1	56.226.890,43	52.727.118,98	Diversas	11.3	88.206.868,84	101.017.520,65
Investimentos		311.928,08	141.928,08	Patrimônio líquido	12	1.135.856.067,57	935.993.834,40
Imobilizado de uso		1.305.729,64	1.226.015,73	Capital social		587.000.000,00	542.000.000,00
(-) Depreciações acumuladas		(89.250,00)	(291.996,06)	Reserva de reavaliação		265.133,03	268.398,59
Intangível		11.720.072,99	12.051.422,01	Outros resultados abrangentes		302.485,44	10.054,55
(-) Amortizações acumuladas		(11.505.896,77)	(11.071.787,22)	Reservas de lucros		548.288.449,10	393.715.381,26
Total do ativo		10.318.018.059,18	8.354.253.877,56	Total do passivo e patrimônio líquido		10.318.018.059,18	8.354.253.877,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Receitas da intermediação financeira		509.324.054,82	1.118.754.976,52	512.830.104,82	994.746.762,56
Operações de crédito	13	503.220.161,05	1.063.021.685,62	493.795.657,23	957.771.179,24
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.103.893,77	17.456.593,84	12.485.918,01	32.845.899,66
Resultado com instrumentos derivativos		-	38.276.697,06	6.548.529,58	4.129.683,66
Despesas da intermediação financeira		(257.199.718,69)	(608.065.385,16)	(250.034.111,39)	(499.348.370,89)
Operações de captação no mercado		(31.373.796,71)	(124.548.121,54)	(52.575.631,69)	(103.607.983,31)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(225.825.921,98)	(483.517.263,62)	(197.458.479,70)	(395.740.387,58)
Resultado bruto da intermediação financeira		252.124.336,13	510.689.591,36	262.795.993,43	495.398.391,67
Outras receitas/(despesas) operacionais		(94.288.259,52)	(175.215.131,13)	(110.498.765,81)	(129.908.166,31)
Receita de prestação de serviços	14	584.833.195,20	1.063.398.632,69	500.168.808,52	967.116.918,02
Despesas com pessoal		(70.833.849,66)	(123.603.658,73)	(90.774.630,56)	(158.972.601,98)
Outras despesas administrativas	15	(392.868.093,26)	(697.325.778,10)	(322.714.570,83)	(548.864.976,13)
Despesas tributárias		(85.280.747,48)	(159.642.025,68)	(70.861.732,76)	(136.693.289,98)
Outras receitas operacionais		30.798.712,42	85.197.519,06	33.838.977,76	57.528.749,14
Outras despesas operacionais	16	(160.937.476,74)	(343.239.820,37)	(160.155.617,94)	(310.022.965,38)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		157.836.076,61	335.474.460,23	152.297.227,62	365.490.225,36
Imposto de renda	17	(42.978.093,81)	(96.793.756,42)	(47.296.772,90)	(98.118.338,80)
Contribuição social	17	(26.538.431,49)	(57.385.784,55)	(28.929.210,20)	(60.599.391,94)
Ativo fiscal diferido	17	18.467.166,03	46.785.857,59	19.291.041,79	33.279.263,87
Participações nos lucros		(4.907.471,88)	(12.303.417,19)	1.911.750,00	(5.456.685,09)
Lucro líquido do semestre/exercício		101.879.245,46	215.777.359,66	97.274.036,31	234.595.073,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Em reais - R\$)

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>101.879.245,46</u>	<u>215.777.359,66</u>	<u>97.274.036,31</u>	<u>234.595.073,40</u>
Outros resultados abrangentes	<u>292.430,89</u>	<u>292.430,89</u>	<u>53.959,67</u>	<u>53.959,67</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Ajustes de avaliação patrimonial	476.698,83	476.698,83	78.039,86	78.039,86
Efeitos tributários	<u>(184.267,94)</u>	<u>(184.267,94)</u>	<u>(24.080,19)</u>	<u>(24.080,19)</u>
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	<u>102.171.676,35</u>	<u>216.069.790,55</u>	<u>97.327.995,98</u>	<u>234.649.033,07</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		536.000.000,00	271.664,75	315.791.116,21	(43.905,12)	-	852.018.875,84
Pagamento dividendos - exercícios anteriores	12 c	-	-	(95.000.000,00)	-	-	(95.000.000,00)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	(1.060.839,51)	-	-	(1.060.839,51)
Aumento de capital conforme alteração contratual de 30 de abril de 2019		6.000.000,00	-	-	-	-	6.000.000,00
Realização da reserva de reavaliação		-	(3.266,16)	-	-	3.266,16	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	67.087,74	-	-	67.087,74
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	53.959,67	-	53.959,67
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	234.595.073,40	234.595.073,40
Destinações:							
Reserva legal		-	-	11.426.118,06	-	(11.426.118,06)	-
Reserva estatutária		-	-	162.491.898,76	-	(162.491.898,76)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(42.708.413,00)	(42.708.413,00)
Dividendos		-	-	-	-	(17.971.909,74)	(17.971.909,74)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		542.000.000,00	268.398,59	393.715.381,26	10.054,55	-	935.993.834,40
Saldos em 30 de junho de 2019		542.000.000,00	270.031,67	229.730.276,70	(43.905,12)	114.498.257,17	886.454.660,42
Pagamento dividendos - exercícios anteriores	12 c	-	-	(10.000.000,00)	-	-	(10.000.000,00)
Realização da reserva de reavaliação		-	(1.633,08)	-	-	1.633,08	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	67.087,74	-	-	67.087,74
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	53.959,67	-	53.959,67
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	97.274.036,31	97.274.036,31
Destinações:							
Reserva legal		-	-	11.426.118,06	-	(11.426.118,06)	-
Reserva estatutária		-	-	162.491.898,76	-	(162.491.898,76)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(19.884.000,00)	(19.884.000,00)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(17.971.909,74)	(17.971.909,74)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		542.000.000,00	268.398,59	393.715.381,26	10.054,55	-	935.993.834,40
Pagamento dividendos - exercícios anteriores	12 c	-	-	(2.150.000,00)	-	-	(2.150.000,00)
Aumento de capital	12 a	45.000.000,00	-	-	-	-	45.000.000,00
Realização da reserva de reavaliação		-	(3.265,56)	-	-	3.265,56	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	303.231,60	-	-	303.231,60
Ações outorgadas		-	-	(269.060,92)	-	-	(269.060,92)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	292.430,89	-	292.430,89
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	215.777.359,66	215.777.359,66
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.858.001,83	-	(8.858.001,83)	-
Reserva estatutária		-	-	147.830.895,33	-	(147.830.895,33)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(43.064.239,49)	(43.064.239,49)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(16.027.488,57)	(16.027.488,57)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		587.000.000,00	265.133,03	548.288.449,10	302.485,44	-	1.135.856.067,57
Saldos em 30 de junho de 2020		587.000.000,00	266.765,45	391.645.545,62	10.054,55	91.868.507,85	1.070.790.873,47
Realização da reserva de reavaliação		-	(1.632,42)	-	-	1.632,42	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	223.067,24	-	-	223.067,24
Ações outorgadas		-	-	(269.060,92)	-	-	(269.060,92)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	292.430,89	-	292.430,89
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	101.879.245,46	101.879.245,46
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.858.001,83	-	(8.858.001,83)	-
Reserva estatutária		-	-	147.830.895,33	-	(147.830.895,33)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(21.033.000,00)	(21.033.000,00)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(16.027.488,57)	(16.027.488,57)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		587.000.000,00	265.133,03	548.288.449,10	302.485,44	-	1.135.856.067,57

	2º semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º semestre de 2019	Dezembro de 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	101.879.245,46	215.777.359,66	97.274.036,31	234.595.073,40
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	225.825.921,98	483.517.263,62	197.458.479,70	395.740.387,58
Depreciações/amortizações	236.830,33	562.712,51	308.096,13	646.031,12
Lucro líquido ajustado	327.941.997,77	699.857.335,79	295.040.612,14	630.981.492,10
(Aumento)/redução de ativos e passivos	(513.586.699,25)	(532.255.392,70)	(387.376.850,89)	(599.528.591,65)
Varição em cotas de fundos de investimentos	217.976.204,60	21.877.287,32	42.410.607,09	249.009.417,37
Varição em operações de crédito	(384.032.305,87)	(990.864.286,55)	(326.519.029,31)	(689.888.723,22)
Varição em outros créditos	(2.164.049.081,65)	(1.304.041.073,03)	(1.437.288.306,39)	(1.145.948.760,99)
Varição em outros valores e bens	(4.789.759,78)	(26.380.470,97)	3.279.937,74	(1.044.647,94)
Varição em depósitos interfinanceiros	263.297.661,37	1.076.815.794,76	108.740.980,22	(306.737.324,13)
Varição em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(421.985.867,01)	(346.986.441,78)	(35.369.817,38)	272.196.200,89
Varição em obrigações empréstimos e repasses	28.535.868,87	(51.347.718,40)	14.929.961,85	27.558.555,16
Varição em transações de pagamento	1.720.684.676,15	987.854.288,03	808.768.210,31	666.340.911,52
Varição em instrumentos financeiros derivativos	-	7.439.815,28	(9.089.442,30)	(3.170.596,39)
Varição em outras obrigações	313.731.047,10	325.134.686,46	496.945.772,48	442.290.877,13
Caixa consumido pelas operações				
Imposto sobre o lucro pagos	(54.419.274,16)	(110.052.129,04)	(49.762.477,15)	(95.824.417,91)
Juros sobre captação de recursos pagos	(28.535.868,87)	(121.705.144,77)	(4.423.248,05)	(14.310.083,14)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(185.644.701,48)	167.601.943,09	(92.336.238,75)	31.452.900,45
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	-	(170.000,00)	-	-
Aplicações no imobilizado e intangível	(23.449,99)	(79.713,91)	(222.398,90)	(285.999,80)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(23.449,99)	(249.713,91)	(222.398,90)	(285.999,80)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(17.878.050,00)	(56.726.513,29)	(26.901.400,01)	(133.051.876,22)
Aumento de capital	-	45.000.000,00	-	6.000.000,00
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(17.878.050,00)	(11.726.513,29)	(26.901.400,01)	(127.051.876,22)
Aumento/(redução) nas disponibilidades	(203.546.201,47)	155.625.715,89	(119.460.037,66)	(95.884.975,57)
Disponibilidade no início do semestre/exercício	381.883.728,20	22.711.810,84	142.171.848,50	118.596.786,41
Disponibilidade no final do semestre/exercício	178.337.526,73	178.337.526,73	22.711.810,84	22.711.810,84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial da Porto Seguro (“Conglomerado” ou “Porto Seguro”) é composto pelas seguintes instituições, que são controladas diretamente da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3, além do fundo de investimento Porto Seguro Prudencial.

- Porto Seg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito. A Portoseg foi definida como empresa líder para o Conglomerado Prudencial.
- Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”) administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
- Porto Seguro Prudencial Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento (“Porto Seguro Prudencial”), constituído sob a forma de condomínio aberto, que atua na aplicação de recursos em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do CDI.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos a carteira de operações de cartão de crédito e CDC, que cresceu 23,97% no ano, em comparação com 2019. Adicionalmente, no ano de 2020, observamos uma degradação dos indicadores de inadimplência e por consequência, de forma a suportar o crescimento do risco de crédito, houve aumento de 32,4% nas provisões de perdas calculadas através de modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação

de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, iniciativa que tem por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020, sendo contratado mais de 9 mil profissionais até dezembro de 2020.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Instituição e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e melhor posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2020 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto, pela resolução BACEN nº 2/20, que mesmo não sendo aplicável ao Conglomerado Prudencial, sem qualquer prejuízo, a Porto Seguro adotou visando obter padronização com as políticas contábeis das demonstrações financeiras individuais, seja nos termos, ou na apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos (“impairment”); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para contingências e processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

O Conglomerado revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

As demonstrações financeiras individual da instituição líder do Conglomerado (Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento) foi publicada no jornal "O Estado de São Paulo" em 26 de fevereiro de 2021, além disso, encontra-se disponível no site da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/ri).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Conglomerado são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2.4.1 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Porto Seguro classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

2.4.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Instituição, alocados em carteira própria, referem-se a "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo ("hedge de valor justo"), com as variações registradas em conta de resultado do período, simultaneamente à

variação do valor justo do item objeto do “hedge”, na rubrica “Resultado com instrumentos derivativos”.

O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3, no mínimo na data de encerramento do período de publicação. No início das operações de “hedge”, a Instituição documenta a relação entre o instrumento e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade, que deve manter-se entre 80% e 125%. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 7.

2.5 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor – CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

2.6 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.7 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento

dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.8 PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 9).

2.9 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição Portoseg emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.10.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado “accrual” até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.10.2 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS

As receitas de taxas de administração de consórcio de bens são reconhecidas conforme seus

recebimentos. As comissões sobre as vendas de cotas de consórcio são apropriadas ao resultado no momento da comercialização das cotas ou de acordo com o contrato estabelecido.

2.10.3 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas da intermediação financeira e de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Porto Seguro.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto/contrato social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%), somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as instituições financeiras é constituída à alíquota de 15% conforme Lei nº 13.169/15. Na Porto Consórcio, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado está exposto a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e conseqüente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes a gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chaves de riscos.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório de Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/ri), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2021.

Vale destacar que decorrente da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1 RISCO DE CRÉDITO

As exposições sujeitas ao risco de crédito constituem parte relevante dos riscos inerentes à Instituição, de tal modo ser fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos, assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles

estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em linha com a Resolução CMN nº. 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

3.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, conforme definição da Circular nº. 3.354/2007 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira de não-negociação inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência

em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência - nível I (A)	1.145.769.909,50	934.935.281,23
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
de crédito	10.238.750.622,42	8.258.487.188,60
operacional	565.767.949,88	522.280.259,75
de mercado	18.823.967,05	26.165.880,92
Ativos ponderados pelo risco (B)	10.823.342.539,35	8.806.933.329,27
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.001.159.184,89	924.727.999,57
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	144.610.724,61	10.207.281,66
Índice de capital (A/B)	10,59%	10,62%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Caixa	162.526.436,18	15.509.199,74
Equivalentes de caixa (*)	15.811.090,55	7.202.611,10
	178.337.526,73	22.711.810,84

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Total	Total
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos				
LFTs	-	235.132.150,31	235.132.150,31	318.483.578,29
DI	-	61.059.832,80	61.059.832,80	-
Cotas de fundos	1.015.348,87	-	1.015.348,87	630.159,57
Operações compromissadas	106.103,94	-	106.103,94	76.985,38
	1.121.452,81	296.191.983,11	297.313.435,92	319.190.723,24

(*) Os títulos classificados na categoria "Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, independentemente da data de vencimento dos títulos.

7. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Taxa média contratada	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo
"Swap" - ponta ativa: taxa prefixada + dólar	4,28% + USD	150.200.000,00	172.853.160,41	-
"Swap" - ponta passiva: taxa pós- fixada em CDI (i)	108,50%	(150.200.000,00)	(165.613.047,87)	-
Ganho de ajuste a mercado (II)/(III)			-	7.439.815,28

(i) Trocava a diferença apurada entre a ponta ativa (variação do dólar + taxa prefixada) e a ponta passiva (variação do CDI), com o objetivo de mitigação do risco de variação cambial dos contratos de captação em moeda estrangeira, liquidados em junho de 2020 (vide nota explicativa nº 10).

(ii) Valor reconhecido na demonstração do resultado na rubrica "Resultado com instrumentos derivativos".

(iii) Operação foi totalmente liquidada no período.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS – VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Operações de crédito		
Financiamentos	1.798.486.958,24	1.272.757.805,91
Cartão de crédito (i)	1.095.638.123,39	997.188.353,47
Empréstimos	242.937.129,65	235.652.949,77
	3.137.062.211,28	2.505.599.109,15
Títulos e créditos a receber (ii)	6.817.430.974,59	5.524.303.523,76
	9.954.493.185,87	8.029.902.632,91
Circulante	8.940.851.193,86	7.328.145.148,97
Não circulante	1.013.641.992,01	701.757.483,94

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 11.2).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Setor privado		
Pessoas físicas	9.590.123.877,51	7.711.703.440,81
Outros serviços (*)	336.427.776,24	289.706.125,56
Comércio	15.956.514,95	17.626.955,73
Intermediadores financeiros	10.993.009,82	9.775.882,65
Indústria	992.007,35	1.090.228,16
	<u>9.954.493.185,87</u>	<u>8.029.902.632,91</u>

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
A vencer		
Até 90 dias	7.392.015.062,86	6.069.339.889,65
De 91 a 360 dias	713.907.171,89	550.885.758,85
Acima de 360 dias	1.013.644.012,61	701.757.483,94
Vencidos		
Até 14 dias	74.064.008,02	102.074.906,49
Acima de 14 dias	760.862.930,49	605.844.593,98
	<u>9.954.493.185,87</u>	<u>8.029.902.632,91</u>

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
1 a 10 maiores devedores	11.847.547,16	13.350.329,42
11 a 60 maiores devedores	26.018.871,38	16.921.636,78
61 a 160 maiores devedores	29.203.417,69	21.334.094,03
Demais devedores	9.887.423.349,64	7.978.296.572,68
	<u>9.954.493.185,87</u>	<u>8.029.902.632,91</u>

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Provisão requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
					Total da carteira	Provisão total (*)	Total da carteira	Provisão total (*)
AA	-	-	171.094.635,49	8.786.025,27	179.880.660,76	-	147.912.957,40	-
A	0,5	6.920.837.041,95	1.386.786.323,94	176.523.316,51	8.484.146.682,40	42.420.733,43	6.810.082.352,31	34.050.680,63
B	1	69.978.320,51	66.750.204,01	20.169.534,19	156.898.058,71	1.568.980,59	108.038.060,79	1.080.378,38
C	3	277.300.263,18	71.423.606,87	9.794.853,55	358.518.723,60	10.755.561,70	371.187.457,19	11.135.631,62
D	10	122.972.090,54	35.551.020,77	4.264.181,45	162.787.292,76	16.278.729,31	138.657.538,86	13.865.769,27
E	30	90.713.254,22	16.920.979,77	3.839.160,91	111.473.394,90	33.442.018,50	81.449.974,02	24.434.997,98
F	50	67.922.920,87	14.247.471,41	3.807.667,06	85.978.059,34	42.989.029,74	62.441.195,24	31.220.617,75
G	70	42.134.583,73	8.762.474,96	2.918.977,20	53.816.035,89	37.671.225,13	45.270.864,76	31.689.609,46
H	100	321.210.622,98	26.950.241,02	12.833.413,51	360.994.277,51	360.994.459,41	264.862.232,34	264.862.232,34
Total		7.913.069.097,98	1.798.486.958,24	242.937.129,65	9.954.493.185,87	546.120.737,80	8.029.902.632,91	412.339.917,43
Provisão sobre o total da carteira						5,5%	5,1%	

(*) Contempla a provisão conforme Resolução nº 2.682/99 (vide nota explicativa nº 2.5).

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	412.339.917,43	379.625.242,57
Constituição de provisão	483.517.263,62	395.740.387,58
Reversões e baixa para prejuízo (líquidos de recuperações)	(349.736.443,25)	(363.025.712,72)
Saldo final	546.120.737,80	412.339.917,43

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Montante de créditos renegociados no período	360.236.360,75	164.869.257,29
Montante de créditos recuperados no período	141.564.800,89	97.402.572,25
Montante de créditos baixados como prejuízo no período	(491.604.919,21)	(461.066.384,77)

9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

9.1 DIVERSOS

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		
Valores a receber	62.075.904,65	81.610.415,64
Impostos a compensar	5.213.931,26	18.540.467,45
Adiantamento a fornecedores e funcionários	3.987.822,37	4.315.195,75
Outros	10.481.712,56	7.107.644,37
	81.759.370,84	111.573.723,21
Não circulante		
Depósitos Judiciais	37.821.620,78	37.147.810,65
Valores a receber em cobrança judicial	16.790.837,50	13.931.051,03
Outros	1.614.432,15	1.648.257,30
	56.226.890,43	52.727.118,98
	137.986.261,27	164.300.842,19

9.2 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão	Dezembro de 2020
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.377.632,44	5.596.652,72	(6.974.285,16)	-
	1.377.632,44	5.596.652,72	(6.974.285,16)	-
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	154.547.267,88	83.170.384,56	(29.952.231,11)	207.765.421,33
Provisão para programa fidelidade	37.460.462,69	2.073.472,67	(7.481.334,66)	32.052.600,70
Provisão para processos judiciais	5.474.500,14	1.308.849,09	(1.139.404,86)	5.643.944,37
Participação nos lucros	3.760.075,16	5.398.726,20	(5.237.381,00)	3.921.420,36
Outras provisões	3.290.303,95	2.438.956,47	(2.309.460,63)	3.419.799,79
	204.532.609,81	94.390.388,99	(46.119.812,26)	252.803.186,54
Total	205.910.242,25	99.987.041,71	(53.094.097,42)	252.803.186,54

9.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2021	209.113.534,80
2022	25.477.780,70
2023	15.057.778,92
2024	81.644,88
2025	2.740.207,95
2026 a 2028	150.965,77
Após 2028	181.273,52
Total	<u>252.803.186,54</u>
Valor presente (*)	<u>249.006.211,39</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>De 13 a 24 meses</u>	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Depósitos interfinanceiros - DI	407.977.787,40	51.316.610,60	726.262.376,98	1.185.556.774,98	108.740.980,22
Recursos de letras financeiras (i)	78.890.865,42	449.531.240,38	461.678.070,96	990.100.176,76	1.337.086.618,54
Obrigações, empréstimos e repasses	-	-	-	-	173.052.863,17
	<u>486.868.652,82</u>	<u>500.847.850,98</u>	<u>1.187.940.447,94</u>	<u>2.175.656.951,74</u>	<u>1.618.880.461,93</u>
Circulante				987.716.503,80	656.667.925,94
Não circulante				1.187.940.447,94	962.212.535,99

(i) Captação de recursos, remunerados ao CDI.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

11.1 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

11.1.1. CIRCULANTE

Refere-se principalmente, a provisão de imposto de renda e de contribuição social, líquidas de adiantamentos.

11.1.2. NÃO CIRCULANTE

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais de naturezas tributárias. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

Adicionalmente, a Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002. Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

Por fim, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por ser em classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 20.629.982,03 (R\$ 14.886.445,32 de possível impacto no lucro líquido). A principal refere-se à discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 11.329.140,32 (R\$ 8.815.960,21 de possível impacto no lucro líquido).

11.2 TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Refere-se, a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartão de crédito.

11.3 DIVERSAS

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Circulante		
Operações com cartão de crédito	1.243.612.753,74	1.006.303.651,89
Programa de incentivo - cartão de crédito	80.131.501,74	93.651.156,72
Outras	7.359.414,29	4.151.600,15
	<u>1.331.103.669,77</u>	<u>1.104.106.408,76</u>
Não circulante		
Consorticiados recursos não procurados	64.290.428,23	77.092.481,86
Recursos pendentes de receb. judiciais	16.790.837,50	16.085.579,33
Provisões para processos judiciais (i)	5.610.247,11	6.070.949,14
Outras	1.515.356,00	1.768.510,32
	<u>88.206.868,84</u>	<u>101.017.520,65</u>

(ii) Vide nota explicativa nº 11.3.1.

11.3.1 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 8.933.831,71 (R\$ 5.143.477,64 em dezembro de 2019) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

11.4 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.754.124,18	713.131,49	5.357.817,65	41.825.073,32
Constituições	-	589.175,75	4.378.753,70	4.967.929,45
Êxitos/reversões	-	(330.768,34)	(4.370.301,63)	(4.701.069,97)
Pagamentos	-	(167.454,61)	(1.124.379,69)	(1.291.834,30)
Atualização monetária	861.639,72	159.377,02	404.895,77	1.425.912,51
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>36.615.763,90</u>	<u>963.461,31</u>	<u>4.646.785,80</u>	<u>42.226.011,01</u>
Quantidade de processos	4	61	1.300	1.365

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

O capital social combinado subscrito e integralizado é de R\$ 587.000.000,00 em 31 de dezembro de 2020, composto por R\$ 550.000.000,00 na Portoseg, R\$ 29.500.000,00 na Porto Consórcio e R\$ 7.500.000,00 na Portopar (R\$ 542.000.000,00 em 31 de dezembro de 2019), representados por 30.500.000 quotas (Porto Consórcio e Portopar) e 15.217.403 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (Portoseg).

A AGE de 31 de janeiro de 2020, da Instituição Portoseg, deliberou aumento de capital social no montante de R\$ 45.000.000,00, mediante a emissão, após arredondamento, de 760.156 novas ações ordinárias, homologado pelo BACEN em 20 de fevereiro de 2020.

(b) RESERVAS DE LUCROS

São compostas pelas: (i) Reserva Legal da Portoseg, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) Reserva Estatutária da Portoseg e Reserva Especial de Lucros da Porto Consórcio e Portopar, onde poderá ser destinado a essas reservas, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório (quando aplicável), ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital.

(c) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata da Reunião Extraordinária de Sócios da Instituição realizada em 9 de abril de 2020 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.150.000,00, com base em valores auferidos no exercício de 2019.

A Administração do Conglomerado aprovou, em Reunião de Diretoria realizada em 29 de junho de 2020 e 30 de outubro de 2020, a distribuição a seus acionistas de JCP no montante de R\$ 43.064.239,49 bruto de imposto de renda e pagos na mesma data de aprovação.

Adicionalmente aos juros sobre o capital próprio já declarados e pagos no exercício de 2020, houve a provisão adicional para composição dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 16.027.488,57.

13 RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Cartão de crédito	320.381.490,04	717.240.058,93	343.808.218,25	672.781.219,88
Financiamento	144.448.877,06	265.430.428,07	109.549.382,96	203.199.558,34
Empréstimo	33.472.329,58	70.177.465,25	36.021.175,51	73.158.832,01
Juros de mora	4.917.464,37	10.173.733,37	4.416.880,51	8.631.569,01
	503.220.161,05	1.063.021.685,62	493.795.657,23	957.771.179,24

14 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Taxa de adm. de consórcio	215.518.111,84	383.981.444,41	164.226.326,08	324.079.217,51
Receita de "interchange" (*)	200.077.279,80	367.121.612,49	183.869.352,04	345.710.348,86
Tarifa de anuidade	146.361.592,91	264.724.113,22	127.898.606,13	251.099.552,54
Outras	22.876.210,65	47.571.462,57	24.174.524,27	46.227.799,11
	584.833.195,20	1.063.398.632,69	500.168.808,52	967.116.918,02

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Processamento de dados	181.264.974,29	341.702.401,53	141.830.573,11	253.414.918,71
Comissões	143.825.431,61	227.539.509,79	108.241.585,70	173.290.409,07
Custo corporativo	18.946.373,35	34.150.976,08	17.106.000,51	28.779.506,94
Serviços de terceiros	10.793.488,58	21.301.921,80	6.478.329,03	10.922.878,04
Publicidade	6.279.929,69	13.112.122,12	18.085.524,42	22.559.977,98
Localização e funcionamento	3.631.863,82	8.354.469,34	5.218.966,84	10.514.307,26
Infraestrutura e comunicação	4.016.331,80	8.125.705,84	4.543.430,73	9.206.734,08
Donativos e contribuições	3.269.677,00	4.269.677,00	2.362.184,78	3.267.708,00
Outras	20.840.023,12	38.768.994,60	18.847.975,71	36.908.536,05
	392.868.093,26	697.325.778,10	322.714.570,83	548.864.976,13

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Programa de fidelização	38.976.743,36	103.902.981,20	65.200.649,23	126.831.758,94
Despesas bancárias e de cobrança	30.171.997,32	62.540.031,65	29.237.354,07	62.614.203,74
Certificações - cartão	29.221.809,48	53.722.652,81	22.843.542,86	44.639.144,76
Desconto concedido	26.322.753,79	50.856.599,06	14.247.616,22	23.641.720,01
Perdas com fraude - cartão	7.053.936,95	12.126.833,43	4.157.620,19	8.692.559,79
Fretes	6.174.024,74	11.944.757,60	5.284.416,77	8.476.538,63
Multa e juros	4.193.831,57	8.672.800,57	360.641,89	626.099,30
Recursos não procurados	49.718,30	785.437,07	1.048.262,79	2.124.718,58
Despesas internacionais	137.170,80	391.526,16	274.764,37	535.109,12
Outras despesas	18.635.490,43	38.296.200,82	17.500.749,55	31.841.112,51
	160.937.476,74	343.239.820,37	160.155.617,94	310.022.965,38

17 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	157.836.076,61	335.474.460,23	156.434.898,56	369.627.896,30
(-) Participações nos resultados	(4.907.471,88)	(12.303.417,19)	(2.225.920,94)	(9.594.356,03)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	152.928.604,73	323.171.043,04	154.208.977,62	360.033.540,27
Alíquota vigente (*)	39%	39%	41%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(60.212.045,88)	(125.460.903,70)	(63.036.607,62)	(143.168.239,55)
Juros sobre o capital próprio	8.413.199,99	17.225.695,79	7.953.600,00	17.083.365,20
Incentivos fiscais	2.377.505,55	3.074.080,85	2.492.051,25	3.308.530,52
Participação nos Lucros	(51.160,01)	(945.701,93)	666.054,08	(685.009,07)
Outros	(1.576.858,92)	(1.286.854,39)	(5.010.039,02)	(1.977.113,97)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	9.162.686,61	18.067.220,32	6.101.666,31	17.729.772,68
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	(51.049.359,27)	(107.393.683,38)	(56.934.941,31)	(125.438.466,87)
IRPJ e CSLL correntes	(69.516.525,30)	(154.179.540,97)	(76.225.983,10)	(158.717.730,74)
IRPJ e CSLL diferidos	18.467.166,03	46.785.857,59	19.291.041,79	33.279.263,87

(*) A alíquota utilizada refere-se a média ponderada de 40% da Portoseg e Portopar e 34% da Porto Consórcio.

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia, Azul e Conecta;
- (iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;
- (iv) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
- (vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Investimentos;

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas são praticadas a taxas e valores de mercado e estão demonstrados a seguir:

	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Passivo		
Grupo Porto Seguro		
"Private label"	1.208.903.242,14	981.444.223,72
Porto Cia		
Contas a pagar	11.376.288,99	13.150.795,32
Banco Itaú S.A.		
Depósitos interfinanceiros	664.750.705,49	100.036.916,00
Letras financeiras	281.848.169,17	273.925.048,97
Outras	14.383,13	41.101,27
	<u>2.166.892.788,92</u>	<u>1.368.598.085,28</u>

	<u>Receitas</u>			
	<u>2º Semestre de 2020</u>	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>2º Semestre de 2019</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Demonstração do resultado				
Porto Cia	3.267.427,05	6.157.696,38	4.714.017,90	11.114.099,37
Azul Seguros	1.699.751,46	3.191.796,89	1.624.641,33	3.608.207,32
Outras	-	-	505.742,53	1.209.821,60
	<u>4.967.178,51</u>	<u>9.349.493,27</u>	<u>6.844.401,76</u>	<u>15.932.128,29</u>

	<u>Despesas</u>			
	<u>2º Semestre de 2020</u>	<u>Dezembro de 2020</u>	<u>2º Semestre de 2019</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Demonstração do resultado				
Porto Cia	71.762.336,39	144.469.770,70	72.454.831,12	127.884.409,88
Porto Atendimento	39.594.259,97	81.297.545,22	34.764.357,97	66.696.434,46
Crediporto	31.219.371,54	56.881.289,25	10.449.946,68	28.446.974,26
Banco Itaú S.A.	13.333.455,63	24.900.129,96	7.888.885,77	21.562.016,96
Porto Saúde	3.003.193,02	7.325.667,15	5.362.859,72	10.587.552,93
Outras	6.515.559,85	7.354.927,19	684.460,40	1.327.427,04
	<u>165.428.176,40</u>	<u>322.229.329,47</u>	<u>131.605.341,66</u>	<u>256.504.815,53</u>

18.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

Transações com pessoal-chave da administração referem-aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020	2º Semestre de 2019	Dezembro de 2019
Participação nos lucros de administradores	204.640,06	3.782.807,72	-	2.740.036,29
Honorários e encargos de diretoria	1.546.510,00	2.259.352,93	399.314,49	741.584,06
	1.751.150,06	6.042.160,65	399.314,49	3.481.620,35

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA DE CSLL – MP Nº 1.034/21

A Medida provisória nº 1.034, de 01 de março de 2021, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devido pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, de 15% para 20% no período de julho até dezembro de 2021.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

***Demonstrações financeiras
combinadas do Conglomerado
Prudencial em***

31 de dezembro de 2020

e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores
Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial combinado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro em 31 de dezembro de 2020, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e combinadas

A Instituição líder do Conglomerado Prudencial, Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem ressalva datado de 19 de fevereiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, descritos na Nota 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Conglomerado, de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Carlos Eduardo Sá da Matta'.

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5